



PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1142 – 4º Andar – Curitiba/PR – CEP 80.530-010. Fone (41) 3221-9515 – E-mail: ctba-15vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0000875-20.1998.8.16.0001 PROJUDI)

A Doutora LIANA DE OLIVEIRA, MM. Juíza de Direito da 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos AUTOS Nº 0000875-20.1998.8.16.0001 (PROJUDI), que move CRYSTAL ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA. em face de CRISTINA JONES (CPF: 859.616.209-72), MARCELO MEISTER DE SEIXAS PINTO (CPF: MARCELO MEISTER DE SEIXAS PINTO) e SQUALITO CONFECÇÕES INFANTIS E INFANTO JUVENIS LTDA. (CNPJ: 00.720.983/0001-30), será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as seguintes condições:

1º Leilão em 19/05/2026 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;
2º Leilão em 26/05/2026 às 13h00min, por preço igual ou superior a 85% do valor da avaliação.

Em não havendo arrematação ou se, por qualquer motivo, a hasta pública não se realizar, ficam desde já designadas as seguintes datas:

1º Leilão em 02/06/2026 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;
2º Leilão em 09/06/2026 às 13h00min, por preço igual ou superior a 85% do valor da avaliação.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados **eletronicamente** com recepção de lances online e transmissão ao vivo através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão. O interessado em adquirir o(s) bem(ns) em prestações deverá apresentar proposta através do site <https://oleiloes.com.br/>, a menos que haja lance à vista, que desabilitará automaticamente a opção de parcelamento, uma vez que o lance à vista prevalecerá sobre as propostas parceladas (§7º do art. 895 do CPC). **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site <https://oleiloes.com.br/>, WhatsApp (41) 99870-7000, Telefone 0800-052-4520.

DESCRIÇÃO DO BEM: SALA NÚMERO 1401, DO TIPO "E", LOCALIZADA NO 14º ANDAR OU 16º PAVIMENTO, DO "EDIFÍCIO NEW YORK BUILDING", SITUADO NA RUA JOÃO NEGRÃO Nº 731, NESTA CIDADE, INTEGRANTE DO "CONDOMÍNIO AMERICA TOWERS", COM A ÁREA CONSTRUÍDA DE UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DE 39,7300M², ÁREA DE USO COMUM DE 24,5132M², PERFAZENDO A ÁREA CORRESPONDENTE OU GLOBAL CONSTRUÍDA DE 64,2432M², COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 62.156 DO 4º RIDE CURITIBA/PR, IF: 12.101.035.680-5. **LOCALIZAÇÃO:** Rua João Negrão, 731, Centro, Curitiba/PR.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 215.000,00 (mov. 567.1), ratificada em 05/2026.

ÔNUS: Consta na Matrícula: R-5: Penhora proveniente dos autos nº 53677-2006-651-09-00-7 em trâmite perante a 17ª Vara do Trabalho de Curitiba; R-7: Penhora proveniente dos presentes autos; R-8: Penhora proveniente dos autos nº 5000051-69.2013.4.04.7000 em trâmite perante a 15ª Vara Federal de Curitiba; R-9: Penhora proveniente dos autos nº 0038035-25.2011.8.16.0001 em trâmite perante a 11ª Vara Cível de Curitiba. Consta no Rosto dos Autos: Mov. 416.1: Penhora proveniente dos autos nº 5000051-69.2013.4.04.7000 em trâmite perante a 15ª Vara Federal de Curitiba; Mov. 492.1: Penhora proveniente dos autos nº 5000273-08.2011.4.04.7000 em trâmite perante a 15ª Vara Federal de Curitiba. Consta na Certidão Positiva do Depositário Público: Item 1: Penhora proveniente dos presentes autos. Débitos de IPTU: Constam débitos no importe de R\$ 3.149,90, conforme ofício nº 142-2026 ao mov. 582.2, sujeito à atualização e/ou modificação, além de eventuais despesas e honorários advocatícios. Outros débitos: O ofício nº 0327/2026 remetido à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, o ofício nº 0328/2026 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o ofício nº 0329/2026 remetido à Receita Federal/INSS, o ofício nº 0330/2026 remetido ao IAT e a intimação nº 0337/2026 remetida ao Síndico do Edifício New York Building não retornaram com informações. Observação: Na forma do art. 908, § 1º, do CPC, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 2.653.362,26 (mov. 430.1), sujeito à atualização.

DEPOSITÁRIO: O Possuidor.

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento nos termos da lei. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas conforme regra do Art. 24 do regulamento da profissão de leiloeiro deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito judicial, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico ou em prestações, conforme art. 895 do CPC pela forma descrita no item MODALIDADE DO LEILÃO, com oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por hipoteca do próprio bem, observando que o(s) Arrematante(s) deverá(ão) corrigir as parcelas vincendas baseadas sempre na data da arrematação, aplicando a correção ajustada, e ainda, deverá comprovar o pagamento de cada parcela junto aos autos, observando sempre os parágrafos do art. 895 do CPC (§4º no caso de atraso do pagamento de qualquer prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as vincendas).

RECURSO(S) PENDENTE(S): Não há.

INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC), sendo de responsabilidade do(s) Arrematante(s) todos os débitos advindos após emissão do Auto de Arrematação assinado pelo Leiloeiro, pelo(s) Arrematante(s) e pelo(a) Magistrado(a). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter ad corpus, respondendo o(s) Arrematante(s) com os custos decorrentes desde a assinatura do Auto de Arrematação, sendo que, nos termos do art. 901, §1º do CPC, a Carta de Arrematação e a Imissão de Posse deverá ser solicitada nos próprios autos de leilão. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, ficam intimados os Executados CRISTINA JONES, MARCELO MEISTER DE SEIXAS PINTO, SQUALITO CONFECÇÕES INFANTIS E INFANTO JUVENIS LTDA. e coproprietários MARIA CLAUDIA DE SEIXAS PINTO, MAURO MEISTER DE SEIXAS PINTO casado com MARCIA MENEZES DE SEIXAS PINTO (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Em caso de inadimplemento dos valores devidos pelo(s) licitante(s) vencedor(es), inclusive a comissão do Leiloeiro, ficará(ão) o(s) mesmo(s) sujeito(s) às penalidades previstas no art. 895, §4º do CPC, art. 897 do CPC, art. 358 do CP, bem como às demais sanções previstas em lei. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o(s) bem(ns) poderá(ão) ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 06/05/2026. Eu, Leiloeiro Público Oficial Designado, que o fiz digitar e subscrevo, por ordem da MM. Juíza de Direito.

LIANA DE OLIVEIRA
Juíza de Direito